



**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**ESTADO DO MARANHÃO**  
Procuradoria Geral de Justiça

---

**COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO**

---

# **CLIPPING**

## **10 de maio de 2017**



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE  
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <b>10</b> / 05 / 2017	Página <b>2</b>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

# Vistoria constata irregularidad no lar de idosos Solar do Outon

Ação foi coordenada pelo Ministério Público e teve a participação de outros órgãos; foram encontrados problemas na parte estrutural, além de falta de medicamento; situação compromete bem-estar dos idosos

O Ministério Público do Maranhão (MP) realizou na manhã de ontem uma inspeção no Asilo Solar do Outono, localizado no bairro Cohab, em São Luís. Durante a atividade, foram encontradas irregularidades que colocam em risco a saúde e a vida não apenas dos idosos que lá estão, mas também dos funcionários.

A vistoria foi motivada após denúncias de que os idosos estavam sendo penalizados por causa da falta de estrutura do asilo. Além do MP, outras entidades participaram da vistoria, como o Corpo de Bombeiros e o Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão (Coren-MA).

## Ausência

Durante a atividade, a falta de estrutura do prédio foi o que mais chamou a atenção. Na atividade, foi constatado que diversos cômodos do asilo estavam com o piso quebrado, situação que compromete diretamente a locomoção das pessoas idosas e aumenta a possibilidade de acidentes, como já aconteceu no local.

"A parte estrutural é a mais



Piso quebrado coloca em perigo idosos e funcionários, que podem cair a qualquer momento ao caminhar

grave. É visível, pois o prédio está bem deteriorado e abandonado.

## Falta de estrutura do prédio chamou a atenção

Por causa desse piso, alguns idosos e funcionários tiveram que-

das. A gente sente que o poder público não está dando a devida atenção", disse o promotor Augusto Cutrim, responsável pela Promotoria da Defesa dos Direitos do Idoso, em entrevista à TV Mirante.

Também foi constatado que alguns banheiros estavam interditados. Além disso, há deficiências nas instalações elétricas e hidráulicas do asilo; ausência de

medicamentos; ferrugens nas estruturas metálicas das camas e outros móveis. Todos esses problemas afetam o bem-estar dos idosos que estavam nas dependências do asilo.

Por causa dos problemas encontrados, o promotor Cutrim afirmou que serão tomadas medidas administrativas para solucionar as irregularidades e, caso elas continuem, serão adotadas

## SAIBA MAIS

O Solar do Outono é de responsabilidade do Governo do Estado, por meio da Secretariade Estado de Desenvolvimento Social (Sedes). Atualmente, a unidade tem a capacidade para abrigar 40 idosos e dispõe de banheiros adaptados, quartos amplos, rampas de acessibilidade, sistema de segurança, enfermagem, farmácia, além de refeitório, cozinha e área de convivência.

ações judiciais. "Temos várias medidas administrativas e, se não

## Alguns banheiros estavam interditados

forem necessárias, serão as judiciais. Vamos intimar o secretário

para ele vir falar urgentemente conosco. Sabemos que o curso de R\$ 600 mil por forma de urgência", po

Segundo o presi Coren-MA, Ithonny Mapos Sousa, ações como fundamental importã garantir a assistência aos idosos, uma vez ne as famílias acompan pessoas.

"Dentro de sua área petência, cada órgão a garantir um atendimento a essas pessoas. O C exemplo, vem averigu tência em enfermagem, dando pontos como o tivo correto de profissi atender o total de 30 i os profissionais está mente capacitados pa lugar", afirmou.

Outros asilos da ci bém serão vistoriados nos dias. O Governo de procurado pela report saber se estava ciente c mas no Solar do Outo poderia ser feito para r realidade, mas até o fe desta página nenhum foi obtida. •





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE  
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
( ) O Estado do MA	( ) Atos e Fatos	( ) Política ( ) Cidades / Urbano ( ) Geral (X) Polícia
( ) O Imparcial	( ) A tarde	
(X) Pequeno	( ) Correio de Notícias	( ) Outros
( ) Debate	( ) O quarto poder	
( ) Extra	( ) Internet / Blog	
DATA 10 / 05 / 2017	Página 12	( ) Gerada ( ) Espontânea ( ) Positiva ( ) Negativa

# 'Operação Jenga'

## Justiça prorroga prisão temporária de 'Pacovan' e dos demais capturados

NELSON MELO

Foi prorrogada, para mais cinco dias, a prisão temporária de Josival Cavalcanti da Silva, o "Pacovan", e de mais 17 pessoas capturadas no último dia 4 na "Operação Jenga", deflagrada pela Polícia Civil do Maranhão como resultado de uma investigação de um esquema de lavagem de dinheiro, que envolvia postos de combustíveis. O grupo teria movimentado mais de R\$ 200 milhões em espécie e em bens. "Pacovan" e os demais presos na operação haviam sido localizados por conta de um mandado de prisão temporária de cinco dias, que expirou na segunda-feira (8), mas o prazo foi prorrogado para mais cinco dias. De acordo com o delegado Tiago Bardal, titular da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), existe a possibilidade de esse mandado ser convertido em mandado de prisão preventiva, ou seja, por tempo indeterminado. O delegado pontuou que o pedido junto à Justiça para a prorrogação ocorreu porque os 18 presos na operação poderiam, caso soltos, prejudicar as investigações ou destruir provas.

### O ESQUEMA

A quadrilha atuava com propriedades dissimuladas, que eram, no campo prático, cinco postos de combustíveis situados na região metropolitana de São Luís e dois localizados em Zé Doca e Itapecuru-Mirim. Na Ilha, os postos envolvidos no esquema são o Laranjal (Estrada



Os 18 presos durante a 'Operação Jenga', quando eram apresentados na sede da SSP

de Ribamar); Santa Terezinha (Araçagi, em Ribamar); Petromais (Angelim); Joyce 2 (Alemanha) e Joyce 3 (Nas imediações do Terminal Rodoviário). Conforme o delegado Tiago explicou, havia contratos com prefeituras para a venda de petróleo e derivados do petróleo, sendo que os municípios pagavam esses postos de combustíveis, mas os produtos não eram recebidos. Em outras palavras, ocorria a lavagem de dinheiro. Bardal pontuou que, a partir da apuração do caso, o Departamento de Combate do Crime Organizado (DCCO) conseguiu do Poder Judiciário a decretação de 22 mandados de prisão temporária, e busca e apreensão em 35 endereços.

### AS PRISÕES

Somente 18 mandados de prisão temporária foram cumpridos, resultando na localização, além de "Pacovan", de sua esposa, Edna Maria Pereira, e dos contadores Lourenço Bastos da Silva Neto e José Etelmar Carvalho Campelo.

Além de outros envolvidos: Samia Lima Awad; Thamerson Damasceno Fontenele; Simone Silva Lima; Rafaely de Jesus Souza Carvalho; Creudilene Souza Carvalho; Ilzenir Souza Sotero; Geraldo Valdônio Lima da Silva; Renato Lisboa Campos; João Batista Pereira; Kellya Fernanda de Sousa Dualib; Manassés Martins de Sousa; Jean Paulo Carvalho Oliveira e Francisco Xavier Serra Silva. O chefe da Seic destacou que a operação também apreendeu 61 caminhões, que estavam em um depósito situado às margens da BR-135, sendo que os veículos não pertenciam a "Pacovan" – que já tinha sido preso mais de sete vezes em pouco tempo por esquema envolvendo prefeituras, chegando a violar 200 vezes o diâmetro delimitado em acordo com a Justiça por usar tornozeleira eletrônica, fazendo deslocamentos proibidos. A polícia recolheu, ainda, máquinas agrícolas e quatro carros.

Ademais, complementou o delegado, foi realizado na "Operação Jenga" – que é um jogo criado por Leslie Scott, que consiste em montar uma torre de madeira, e, depois, cada bloco deve ser retirado e colocado no topo, a fim de formar novos andares, sem que a estrutura desmorone – o sequestro dos sete postos de combustíveis, de três fazendas e três imóveis. Bem como o bloqueio do CNPJ dos postos, que foram lacrados. Agora, na segunda fase da operação, a Polícia Civil pretende descobrir de onde o dinheiro público foi desviado. Há relatos, por exemplo, de que a verba teria sido lavada em emendas parlamentares. Convém ressaltar que a "Jenga" contou com a participação de policiais da Seic e das superintendências de Repressão ao Narcotráfico (Senarc); de Homicídios e Proteção à Pessoa (SHPP); de Polícia Civil do Interior (SPCI), e de Polícia Civil da Capital (SPCC).

Divulgação





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE  
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	<u>10</u> / 05 / 2017	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa
	Página <u>CAPA</u>	





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE  
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia  <input type="checkbox"/> Outros
DATA	10 / 05 / 2017 Página 3	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

### Arquivo vivo

Apesar de setores da Segurança Pública e do Ministério Público tentarem convencer o agiota Josival Cavalcanti, o Pacovan, de uma delação premiada, há quem trabalhe contra.

É que com forte nível de investimento em campanhas eleitorais, Pacovan seria uma espécie de arquivo vivo do financiamento de campanhas no Maranhão.

E o que tem a dizer poderá abalar as estruturas, inclusive, as do Palácio dos Leões.

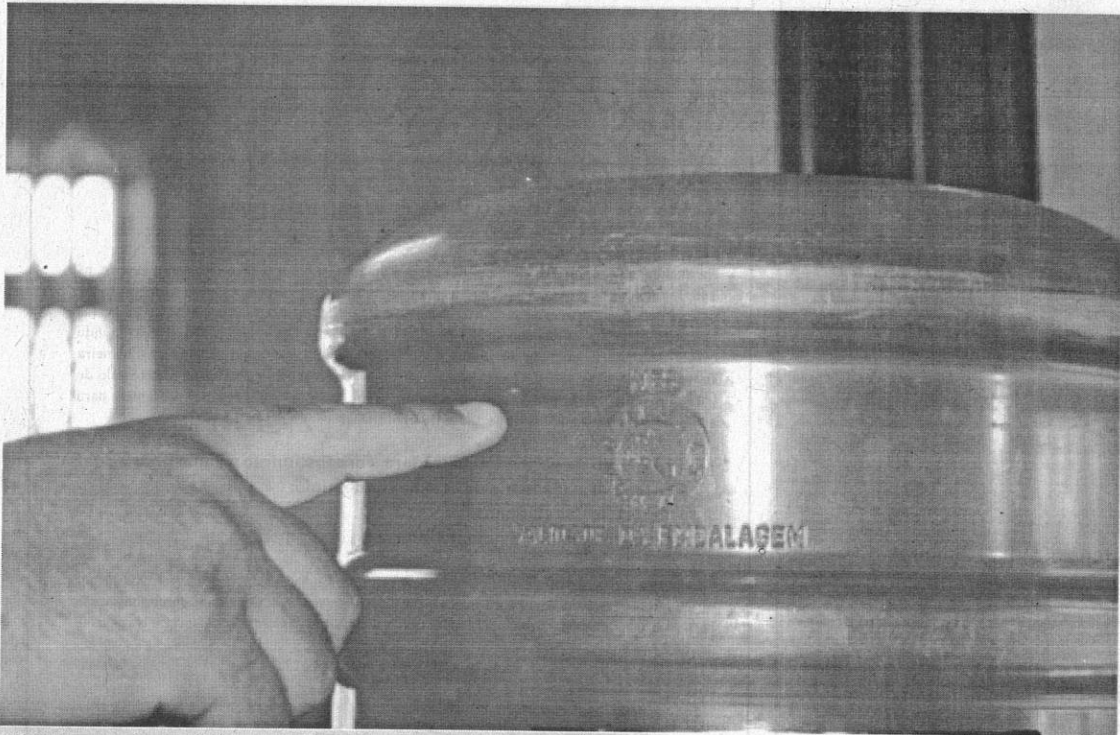


MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE  
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input checked="" type="checkbox"/> Pequeno <input checked="" type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia  <input type="checkbox"/> Outros
DATA 10 / 05 / 2017	Página 9	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

## Distribuidores denunciam ao MP péssima qualidade dos garrafões de água mineral



Plástico usado na fabricação dos garrafões não estaria satisfazendo os distribuidores

A promotora de Justiça da Defesa do Consumidor de São Luís, Lítia Cavalcanti, recebeu em seu gabinete, nessa terça-feira (9), distribuidores de água mineral da capital, que reclamaram da má qualidade dos garrafões de água fornecidos pelas fábricas. À promotora, os distribuidores apresentaram amostras de garrafões que comprovam a péssima qualidade dos plásticos utilizados nos garrafões.

Eles denunciaram o risco de contaminação da água nestes recipientes, ocasionando perigo à saúde do consumidor. Os distribuidores disseram que cinco empresas são suspeitas de estar oferecendo recipientes recicláveis de péssima qualidade: H2O Empresa de Mineração Ltda, Florata, Costa Ind. e Comércio de Plástico Ltda; Siplast- Florata, Fábrica de Garrafões Mar Doce; Zarplast Ind. e Comércio de

Embalagem Plástica Ltda e ReC PET. Depois de ouvir a denúncia, a promotora Lítia Cavalcanti solicitou a presença do diretor técnico do INMEQ-MA, Zóis Gantzas, como órgão fiscalizador da qualidade do material citado, que se prontificou em formar uma força-tarefa com o propósito de garantir o bom estado e qualidade do material apresentado ao consumidor.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE  
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	30 / 05 / 2017	Página CAPA <input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

# Empresa volta a culpar Prefeitura por pane na bilhetagem

A Dataprom, que faz o suporte técnico do sistema, diz que recorrerá da multa de R\$ 467 mil imposta pelo Procon e aponta a “inoperância” da Prefeitura pelo problema; Município e SET não se posicionaram sobre o assunto. **CIDADES 1**

Biné Morais



Usuários na fila para fazer a recarga de créditos do sistema de bilhetagem em guichê no Terminal de Integração da Praia Grande





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE  
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Urbano
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input type="checkbox"/> Geral
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros
DATA	10 / 05 / 2017 Página 2	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

# Acusada por panes em bilhetagem, Dataprom é multada e culpa Prefeitura

Empresa afirma que recorrerá da cobrança de R\$ 467 mil, multa imposta pelo Procon e acusa o Município pelas constantes panes no sistema; Município e SET não se posicionaram sobre o assunto

**A**Dataprom, empreendimento responsável pelo suporte técnico do Sistema de Bilhetagem Automática (SBA) em São Luis, recorreu à diretoria - comandada pelo delegado-geral da Fênix, R. pela Comissão de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) do Maranhão - que aplicou multa no valor de R\$ 467.666,66 à empresa. A ação ocorreu após a ocorrência de panes no dispositivo de recarga das cartões de transporte em São Luis.

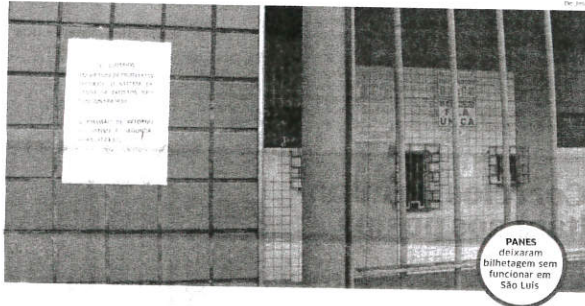
Atendo Dataprom, de acordo com o Procon, a sanção financeira vale pelo não cumprimento das Empresas de Transporte Coletivo (ETC) da capital. Procurado, o SET informou que não emitirá parecer sobre o tema. Sobre a medida do Procon, a Prefeitura de São Luis não se posicionou. De acordo com a empresa, a multa do Procon é "absolutamente legal e justa".

Em nota, a Dataprom frisou que em 2016 a Prefeitura aplicou multa semelhante à empresa e pelos mesmos motivos. No entanto, o mesmo órgão estadual teria "volado a multa" e cancelado a multa. Além da esfera administrativa, o Procon, a Dataprom informou que o questionamento a decisão do órgão de defesa do consumidor também se refletiu no âmbito judicial.

Por fim, a empresa afirmou que "não tem culpa por panes" e que os problemas no SBA de São Luis, e por isso, não há nenhum argumento que valde a cobrança de multa por parte do Procon. Questionada por O Estado do Maranhão não informou, além do fechamento desta edição, qual o valor rescusado pela Prefeitura de São Luis para a manutenção do sistema.

## Críticas

A empresa Dataprom, além de se defender da multa do Procon, também fez crítica à Prefeitura de São Luis. Segundo ela, a responsabilidade pelo SBA é do Município, por meio da Ser-



## ENTENDA O CASO

A principal pane do ano registrada no SBA e que afetou a maior parte dos usuários na cidade ocorreu no dia 13 de abril. No entanto, com o feriado da Semana Santa, usuários começaram a sentir os efeitos do problema apenas na segunda-feira seguinte, no dia 17.

Por causa do problema e para garantir o benefício da meia-passageiro à SMTT anunciou a volta dos passes escolares. A medida causou mais insatisfação do que alívio, pois os terminais que ofereçam os créditos em forma de papel estavam constantemente lotados. Além disso, a pasta limitou o acesso dos usuários aos passes, o que gerou novas reclamações. No dia 28, por meio de acordo firmado pela Promotoria do Consumidor, a SMTT e o SET - além da Dataprom - selaram acordo formal em que se comprometeram a estabelecer melhorias no SBA. Segundo o acordo, mediado pela Promotoria do Consumidor, o SET deve providenciar, em até 60 dias, equipamentos (chamados de *point off sale*) que serão instalados nos terminais de integração da cidade com créditos eletrônicos de reserva. Já a Prefeitura terá que apresentar, em 30 dias, um sistema eletrônico em que será possível o resgate de dados dos usuários do transporte coletivo, em caso de nova pane.

rentaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT). Segundo a Dataprom, os panes no sistema são causados pela "inoperância" da Prefeitura.

A cobrança publicada em referência a Dataprom, por meio de bilhetagem técnica recebidas pela SMTT - informou pelo menos seis vezes durante o ano passado através de mensagens

textuais sobre os problemas no SBA. Segundo a empresa, são necessários recursos urgentes no dispositivo, sob pena de perda total dos dados dos usuários.

Em contrapartida, o Município informou - ainda no mês passado - que havia feito investimentos recentes no sistema, como a aquisição de novos peças. Segundo a Prefeitura, os in-

vestimentos necessários "para evitar novos panes", nos equipamentos, que mantêm o funcionamento do sistema.

O posicionamento da Prefeitura não é uma crítica feita pela Dataprom por meio dos dispositivos que alertam sobre a fragilidade do sistema. No primeiro deles, datado do dia 24 de outubro do ano passado, a Dataprom in-

formou à Prefeitura sobre "um problema técnico em um dos HTPs" - equipamentos pelo funcionamento do SBA.

Outros dados foram encaminhados à SMTT relatando sobre o mesmo problema nos dias 29 de novembro do ano passado e 12 de janeiro deste ano. Segundo a Dataprom, as "constantes quedas de energia elétri-

## NOTA DA DAT.

"Sobre as duas multas aplicadas pelo Procon de hoje (fonte Dataprom esclarecer novamente que não qualquer responsabilidade pelas recentes paralisadas em operação do de Bilhetagem Automática em São Luis. Como se tem dito reiteradamente, a responsabilidade é do Sistema de Bilhetagem Automática e da Prefeitura de São Luis, através da Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte (SMTT). A decisão do Procon aplicar multa é absolutamente ilegal e abusiva. Nenhum inúmero e sólido argumentos ares pela Dataprom err defesa foi adequado rebatido, além de do Procon conter primários de fato direto. No ano passado, e situação semelhante ação judicial ajuizada. Dataprom, o próprio Procon voltou atrás cancelou multa e impôs a Dataprom. Portanto, diante de abusos e das ilegalidades que vêm sendo cometidas pelo Procon, a Dataprom recorrerá em ação judicial ajuizada. Portanto, diante de abusos e das ilegalidades que vêm sendo cometidas pelo Procon, a Dataprom recorrerá em ação judicial ajuizada. Portanto, diante de abusos e das ilegalidades que vêm sendo cometidas pelo Procon, a Dataprom recorrerá em ação judicial ajuizada."

ca" na localidade onde fisicamente se encontra o sistema por meio do sistema SBA e que, por isso, a necessidade de aquisição de equipamentos para o suporte do sistema. Em nota encaminhada à Prefeitura de São Luis, a Dataprom disse que a multa se aplicou em razão do fechamento do sistema de bilhetagem automática. Segundo a empresa, o sistema SBA não funcionou por mais de 24 horas em São Luis, e a multa aplicada pelo Procon é "absolutamente ilegal e abusiva".





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE  
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog		
DATA	10 / 05 / 2017	Página	1
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

## Ruas do centro de São Luís estão cheias de buracos

Como exemplos, as ruas da Inveja e João Henrique, nas proximidades do Mercado Central, estão com sérios problemas no asfaltamento em sua extensão

Enquanto algumas ruas do centro de São Luís estão sendo asfaltadas e recuperadas, outras permanecem à margem da atenção das autoridades competentes. Como exemplos, as ruas da Inveja e João Henrique, nas proximidades do Mercado Central, encontram-se em péssimo estado de conservação, e isso compromete o tráfego por elas.

A Rua da Inveja fica ao lado de

um dos principais monumentos históricos de São Luís, a Fonte das Pedras, um dos pontos turísticos da cidade. Por se tratar de um cartão-postal, as vias que levam até ele deveriam estar em bom estado, mas a realidade é completamente diferente e mostra o descaso que os gestores públicos têm com essas vias.

Na Rua da Inveja, o asfalto cedeu em alguns trechos, deixando

expostas apenas areia e pedras. A via é estreita, assim como várias outras do centro da capital maranhense, e os condutores passam com dificuldades ao longo dela. Muitos motoristas deixam os seus veículos estacionados nas calçadas, o que acabou comprometendo a passagem dos pedestres.

Mas em situação mais crítica encontra-se a Rua João Henrique. Enquanto na da Inveja au-

tomóveis ainda trafegam, mas com muitas dificuldades, nela, que é uma rua de escadaria, como muitas no Centro Histórico de São Luís, os degraus estão tão danificados que caminhar é um risco.

Este ano, a Prefeitura de São Luís, em parceria com o Governo do Estado, fez obras de revitalização na Rua dos Mocambos, outra rua da região que estava em situa-



Buraco dificulta tráfego de veículos na Rua da Inveja, no Centro

ção crítica. Na via, um esgoto estourado foi responsável por criar uma cratera, fazendo com que apenas motocicletas trafeguem por ela. Além do esgoto estourado, ao longo da rua existiam alguns buracos, que foram tapados com

entulhos pelos moradores da região, em uma tentativa de deixar a via um pouco mais trafegável.

Apesar de a Rua da Inveja I ao lado da Rua dos Mocambos não passou por obras de melhoria na pavimentação. ●



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE  
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input checked="" type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	30 / 05 / 2017 Página 5	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

## Justiça começa a ouvir envolvidos nas fraudes das carteiras de habilitação

O juiz José Gonçalo de Sousa Filho, titular da 3ª Vara Criminal de São Luís, começou nesta terça-feira (9), no Salão do 2º Tribunal do Júri, no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), a série de audiências de instrução, para colher os depoimentos de testemunhas e envolvidos na chamada Fraude do Detran, que atinge proprietários e funcionários de autoescolas, examinadores e candidatos para obtenção de carteira de habilitação, totalizando 49 acusados. Na acusação atuou o promotor de justiça José Alexandre Rocha, e na defesa, advogados e defensores públicos. De acordo com a denúncia assinada pela promotora Lize de Maria Brandão de Sá Costa, titular da 5ª Promotoria de Justiça Criminal, os envolvidos fazem parte de uma organização criminosa, composta de proprietários e funcionários de autoescolas e examinadores terceirizados da empresa "Thomas Greg e Sons", junto ao Detran-MA, que atuavam com o objetivo de obter carteira de habilitação ou mudança de categoria de habilitação para candidatos, "mediante pagamento de propina".

O Ministério Público sustenta que os candidatos à obtenção do documento de habilitação ou mudança de categoria de habilitação compactuavam com o esquema criminoso. Os fatos apurados compreendem o período de abril a outubro de 2015 e ocorreram tanto em São Luís, como em cidades do interior maranhense, entre elas Pinheiro, Bacabal, Santa Inês, Vitória do Mearim, Cantanhede, Viana, Barreirinhas, Itapecuru-Mirim, Turilândia, São João dos Patos e Timon.

A peça acusatória do Ministério Público assinala que o esquema era controlado pelos denunciados Jhonson Abdon, proprietário da "Autoescola Abdon"; Marcos Raimundo Coutinho, dono da "Autoescola Coutinho", e Frank Leonardo, examinador terceirizado. Consta que Jhonson Abdon, em cooperação com proprietários das autoescolas Coutinho, Unidas, Cometa, Andrade e Autoescola Junior, cooptavam candidatos agenciados, oferecendo-lhes vantagens, "para que estes lograssem êxito junto ao Detran-MA, sem que cumprissem as formalidades legais".





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE  
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Policia
<input checked="" type="checkbox"/> Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>VIDA</i>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA <i>30 / 05 / 2017</i>	Página <i>4</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

# Envolvidos em fraude são ouvidos

Justiça do Maranhão começa a ouvir envolvidos nas fraudes das carteiras de habilitação. Cerca de 49 pessoas são suspeitas de participação no caso

**A** Justiça começou a colher os depoimentos de testemunhas e envolvidos na chamada Fraude do Detran. O esquema atinge proprietários e funcionários de autoescolas, examinadores e candidatos para obtenção de carteira de habilitação. São 49 pessoas envolvidas no caso.

De acordo com a denúncia, assinada pela promotora Lize de Maria Brandão de Sá Costa, titular da 5ª Promotoria de Justiça Criminal, os envolvidos fazem parte de uma organização criminoso, composta de proprietários e funcionários de autoescolas e examinadores terceirizados da empresa "Thomas Greg e Sons", junto ao Detran-MA, que atuavam com

o objetivo de obter carteira de habilitação ou mudança de categoria de habilitação para candidatos, "mediante pagamento de propina".

O juiz José Gonçalo de Sousa Filho, titular da 3ª Vara Criminal de São Luís, começou ontem a série de audiências de instrução, no Fórum Desembargador Sarney Costa, no bairro do Calhau.

O Ministério Público sustenta que os candidatos à obtenção do documento de habilitação ou mudança de categoria de habilitação pactuavam com o esquema criminoso. Os fatos apurados compreendem o período de abril a outubro de 2015 e ocorreram tanto em São Luís, como em cidades do in-

terior maranhense, entre elas, Pinheiro, Bacabal, Santa Inês, Vitória do Mearim, Cantanhede, Viana, Barreirinhas, Itapecuru-Mirim, Turiândia, São João dos Patos e Timon.

Conforme a denúncia, uma pessoa que controlava um grupo de examinadores oferecia-lhes vantagem ilícita, fruto da propina dos candidatos, para que os aprovassem sem realizar exames admissivos. Os examinadores envolvidos agiam de diversas formas, seja recebendo o pagamento diretamente dos candidatos, quando da realização do exame prático, facilitando a realização dos exames teóricos e aulas teóricas, sem a necessidades de os alunos comparecerem ao local de

**49**  
**PESSOAS**

são suspeitas de envolvimento na fraude

avaliação, bastando somente coletar as impressões digitais. Também orientavam os candidatos a assinarem uma prova em branco, que era entregue aos examinadores, proprietários e funcionários de autoescolas.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE  
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input checked="" type="checkbox"/> O quarto poder	<input type="checkbox"/> Outros
<input type="checkbox"/> Extra	<input checked="" type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	10 / 05 / 2017	Página 3
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

# Justiça começa a ouvir envolvidos nas fraudes das carteiras de habilitação



O juiz José Gonçalo de Sousa Filho, titular da 3ª Vara Criminal de São Luís, começou nesta terça-feira (9), no Salão do 2º Tribunal do Júri, no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), a série de audiências de instrução, para colher os depoimentos de testemunhas e envolvidos na chamada Fraude do Detran, que atinge proprietários e funcionários de autoescolas, examinadores e candidatos para obtenção de carteira de habilitação, totalizando 49 acusados. Na acusação atuou o promotor de justiça José Alexandre Rocha, e na defesa, advogados e defensores públicos.

De acordo com a denúncia assinada pela promotora Lize de Maria Brandão de Sá Costa, titular da 5ª Promotoria de Justiça Criminal,

os envolvidos fazem parte de uma organização criminosa, composta de proprietários e funcionários de autoescolas e examinadores terceirizados da empresa "Thomas Greg e Sons", junto ao Detran-MA, que atuavam com o objetivo de obter carteira de habilitação ou mudança de categoria de habilitação para candidatos, "mediante pagamento de propina".

O Ministério Público sustenta que os candidatos à obtenção do documento de habilitação ou mudança de categoria de habilitação compactuavam com o esquema criminoso. Os fatos apurados compreendem o período de abril a outubro de 2015 e ocorreram tanto em São Luís, como em cidades do interior maranhense, entre elas Pinheiro, Bacabal,

Santa Inês, Vitória do Meirim, Cantanhede, Viana, Barreirinhas, Itapecuru-Mirim, Turilândia, São João dos Patos e Timon.

A peça acusatória do Ministério Público assinala que o esquema era controlado pelos denunciados Jhonson Abdon, proprietário da "Autoescola Abdon"; Marcos Raimundo Coutinho, dono da "Autoescola Coutinho", e Frank Leonardo, examinador terceirizado. Consta que Jhonson Abdon, em cooperação com proprietários das autoescolas Coutinho, Unidas, Cometa, Andrade e Autoescola Junior, cooptavam candidatos agenciados, oferecendo-lhes vantagens, "para que estes lograssem êxito junto ao Detran-MA, sem que cumprissem as formalidades legais".

Conforme a denúncia, Frank Leonardo, que controlava um grupo de examinadores, oferecia-lhes vantagem ilícita, fruto da propina dos candidatos, para que os aprovassem sem realizar exames admissivos. "Tais examinadores agiam de diversas formas, seja recebendo o pagamento diretamente dos candidatos, quando da realização do exame prático; facilitando a realização dos exames teóricos e aulas teóricas, sem a necessidades de os alunos comparecerem ao local de avaliação", bastando somente coletar as impressões digitais.

Também orientavam os candidatos a assinarem uma prova em branco, que era entregue aos examinadores, proprietários e funcionários de autoescolas. "Tais aprovações (...), já garantidas (aos candidatos), eram em seguida direcionadas a um dos líderes (da organização), Frank Leonardo Gomes Ferreira, que montava escala de examinadores e os orientava a atuar na capital ou no interior do Estado, nas provas dos candidatos cujas propinas já teriam sido pagas ou ainda pendentes de pagamento a funcionários, proprietários de autoescolas ou examinadores destacados para supervisionarem as provas".





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE  
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>VIDA</i>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	<i>30 / 05 / 2017</i> Página <i>4</i>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

## CASO LEOCÁDIO .....

# Assassinos de prefeito vão ser julgados em São Luís

A pedido do Ministério Público do Maranhão (MP-MA), o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) determinou, em 21 de março, a transferência do processo do foro de Buriti Bravo para o de São Luís da sessão de julgamento de Wytamar Costa Silva, acusado da morte de João Henrique Borges Leocádio, ocorrida em 2005, à época prefeito de Buriti Bravo. O pedido foi formulado pela promotora de Justiça Paula Gama Cortez.

Proferiu a decisão coletiva a 1ª Câmara Criminal do TJMA. Os desembargadores - que apreciaram o requerimento - votaram por unanimidade pelo desforamento. O relator foi o desembargador Antônio Fernando Bayma Júnior.

De acordo com a promotora de Justiça Paula Gama Cortez, o crime, que teve motivações políticas, ainda hoje

repercute na cidade, causando discussões acirradas e despertando animosidades. Por esses motivos, o julgamento pode suscitar tumultos e, para a representante do MP-MA, não há, no momento, nenhum local completamente seguro na cidade para a realização da sessão.

Na solicitação, Paula Gama Cortez alertou que o reforço do policiamento não seria suficiente para garantir a ordem pública em Buriti Bravo, cidade de 22 mil habitantes, e proporcionar um júri imparcial, seguro e livre de interferências externas.

## HOMICÍDIO

Já falecido, o ex-prefeito Wellington de Jesus Fonseca foi acusado de ser o mandante do assassinato de João Leocádio. O autor intelectual do crime era líder político da região e opositor da vítima.



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE  
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input checked="" type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input checked="" type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros
DATA	10/05/2017 Página 3	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

### 'Caso João Leocádio' (1)

A pedido do MP, o Tribunal de Justiça do Maranhão determinou o desaforamento (transferência de comarca) do julgamento de Wytamar Costa da Silva, acusado de ser um dos executores do assassinato de João Henrique Borges Leocádio (PDT), em 10 de março 2005. À época, João Leocádio era prefeito de Buriti Bravo. O crime teve grande repercussão no Maranhão e no país.

### 'Caso João Leocádio' (2)

O júri do acusado foi transferido da comarca de Buriti Bravo para

São Luís.

Além de Wytamar, foram acusados pelo crime Wellington de Jesus Fonseca Coelho e Antonio Marcos Alves de Sousa, o "Marcão" (executor), ambos já falecidos.

### General na Funai

O governo nomeou o general do Exército Franklimberg de Freitas para o cargo de presidente interino da Fundação Nacional do Índio (Funai).

O presidente anterior, Antônio Costa, foi exonerado na semana passada. A nomeação de Franklimberg foi publicada ontem (9) no Diário Oficial da União (DOU).



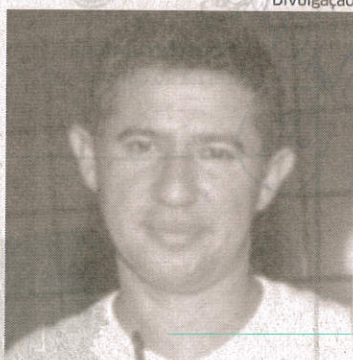
VEÍCULO		EDITORIA	
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política	<input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia
<input type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde		
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias		
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder		
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Outros	
DATA	10 / 05 / 2017	Página	4
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa	

# Júri de acusado pela morte de prefeito será realizado em São Luís

TJ desafora processo e tira julgamento do matador de João Leocádio, de Buriti Bravo, a pedido de juíza, que alega falta de segurança para realização da sessão

O Ministério Público (MP) divulgou ontem que o Tribunal de Justiça do Maranhão determinou o desaforamento da sessão de julgamento de Wytamar Costa Silva, um dos acusados do assassinato do ex-prefeito de Buriti Bravo, João Henrique Borges Leocádio, de 40 anos. Esse crime ocorreu no dia 10 de março de 2005, no povoado Gammeleira, zona rural de Buriti Bravo.

Segundo informações da assessoria de comunicação do MP, o júri do suspeito, que seria realizado na Comarca de Buriti Bravo, foi transferido para a de São Luís e pedido da promotora de Justiça Paula Gama Cortez. Ela alegou que esse crime teve mo-



Divulgação

João Leocádio, morto em 2005

tivações políticas e ainda hoje repercute na cidade, causando discussões acirradas e despertando

animosidades.

A promotora frisou ainda, no seu pedido ao Judiciário, que esse julgamento pode suscitar tumultos e não há, no momento, nenhum local seguro na cidade para a realização da sessão.

Ela também alertou que o reforço do policiamento não seria suficiente para garantir a ordem pública em Buriti Bravo, cidade de 22 mil habitantes, e proporcionar um júri imparcial, seguro e livre de interferências externas.

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça apreciou o pedido e por unanimidade decidiu pelo desaforamento. O relator desse processo foi o desembargador An-

Um dos acusados já foi morto em Buriti Bravo

Prefeito foi assassinado com tiro no ouvido

tonio Fernando Bayma Junior.

## O assassinato

João Leocádio foi morto com um tiro no ouvido direito no dia 10 de março de 2005, no povoado Gammeleira, em Buriti Bravo. Segundo a polícia, os autores do crime foram Antônio Marcos Alves de Sousa, o *Marcão*, e Wytamar Costa da Silva. Na linha de investigação feita pela polícia, o ex-prefeito de Buriti Bravo, Welington de Jesus Fonseca Coelho, que já morreu, aparece como o suspeito de mandar matar João Leocádio. Quem também foi morto a tiros foi Antônio Marcos Alves, no dia 24 de março de 2010, na porta de sua residência, no bairro Constantino Castro, em Caxias. ●





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE  
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <i>VIDA</i>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	<i>30</i> / 05 / 2017	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa
	Página <i>4</i>	

24 ANOS.....

## Mulher que mandou matar marido é condenada à prisão

Em júri promovido pela vara única da Comarca de São Mateus do Maranhão, Leir Coelho do Vale foi condenada a 24 anos e seis meses de reclusão em regime fechado, por ser a mandante do homicídio que teve como vítima o marido, Camilo Gonçalves de Carvalho. De acordo com a sentença assinada pelo juiz Marco Aurélio Barrêto Marques, que presidiu o julgamento, Leir foi condenada ainda à indenização no valor de R\$ 300 mil, "pelos danos morais sofridos, haja vista que a vítima tinha 46 anos quando foi assassinada, deixando sete filhos, que

sofreram a dor emocional e a perda do genitor".

Conforme a denúncia, o crime teria sido cometido na madrugada de 30 de março de 1995, no interior da residência da vítima, no Povoado Limão, quando os acusados de executar o homicídio, Agenor Pereira Rosa e Francisco de Assis da Silva, utilizando-se de uma foice e de forma que impossibilitou a defesa de Aurélio, atingiram a vítima com os golpes que lhe causaram a morte. Consta da denúncia que Leir teria contratado o crime, sob a promessa de recompensa aos executores.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE  
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input checked="" type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input checked="" type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia  <input type="checkbox"/> Outros
DATA 10/05/2017 Página 6		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

## Acusada de matar marido é condenada a 24 anos de reclusão

Em júri promovido pela vara única da comarca de São Mateus do Mateus no último dia 03 a ré Leir Coelho do Vale, foi condenada a 24 anos e seis meses de reclusão em regime fechado pela acusação de ser a mandante do homicídio que teve como vítima o marido da acusada, Camilo Gonçalves de Carvalho. De acordo com a sentença assinada pelo juiz Marco Aurélio Barrêto Marques, titular da unidade e que presidiu o julgamento, a ré foi condenada ainda à indenização no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) "pelos danos morais sofridos, haja vista que a vítima tinha 46 anos quando foi assassinada, deixando sete filhos que sofreram a dor emocional e a perda do genitor".

Conforme a denúncia, o crime teria sido cometido na madrugada de 30 de março de 1995, no interior da residência da vítima, no Povoado Limão, quando os acusados de executar o homicídio, Agenor Pereira Rosa e Francisco de Assis da Silva, utilizando-se de uma foice tipo lua de ferro (meio cruel) e de forma que impossibilitou a defesa do ofendido, atingiram a vítima com os golpes que lhe causaram a morte. Consta da denúncia que Leir teria contratado o crime, sob a promessa de recompensa

aos executores.

O júri integra a pauta de julgamentos do Tribunal de Júri da Vara Única da Comarca de São Mateus do Maranhão. Iniciada no último dia 15 de fevereiro de 2017 a pauta tem 07 (sete) sessões designadas (15 e 22 de fevereiro; 03, 22 e 24 de maio; 21 e 22 de agosto), quando serão julgados 09 (nove) réus, entre os quais acusados de homicídio e tentativa de homicídio.

Segundo o titular da comarca, "todos os processos são antigos e já estavam amadurecidos quando da edição da Lei nº 11.689/2008. Os demais tiveram que ser readequados à nova lei, que alterou sensivelmente o capítulo do procedimento relativo aos processos da competência do Tribunal do Júri, o que demandou tempo para finalizar-se toda a sua instrução e estarem aptos à apreciação pelo júri popular".

Na avaliação do magistrado, as sessões de júri realizadas na comarca "renderam bons frutos, visto que almejavam, tanto para as partes envolvidas como para toda a coletividade São Mateuense e Alto Alegrense a busca pela Justiça fundada na verdade real, no direito e na prova, calcada nos princípios da plenitude da defesa, o sigilo nas votações e a soberania dos veredictos".





MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE  
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input type="checkbox"/> O Estado do MA	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input type="checkbox"/> Polícia
<input checked="" type="checkbox"/> O Imparcial	<input type="checkbox"/> A tarde	
<input type="checkbox"/> Pequeno	<input type="checkbox"/> Correio de Notícias	<input checked="" type="checkbox"/> Outros <b>VIDA</b>
<input type="checkbox"/> Debate	<input type="checkbox"/> O quarto poder	
<input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Internet / Blog	
DATA	<b>10 / 05 / 2017</b> Página <b>4</b>	<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

**ITAQUI-BACANGA** .....



SSP-MA/DIVULGAÇÃO

**"Batatinha" responde por vários outros crimes, sendo um deles homicídio**

## "Batatinha" é preso por esfaquear passageiro

A polícia conseguiu prender um homem suspeito de vários crimes, sendo que o último deles foi um assalto seguido de agressão. O caso aconteceu na Avenida dos Portugueses, na área Itaqui-Bacanga.

Edson Gomes Paixão, mais conhecido como "Júnior Olhão" ou "Batatinha", foi identificado pelas imagens do circuito interno de segurança do coletivo, que mostram a ação do suspeito. Ele esfaqueou o passageiro dentro do ônibus por causa de um relógio. A vítima era um estudante que foi atingido por uma facada na coxa.

O delegado Walter Wanderley, responsável pelo caso, disse que o suspeito possuía um mandado de prisão em aberto pelo crime de homicídio contra Leandro Mendes Pereira e pelo roubo de uma moto, antes de ter esfaqueado o estudante.

Edson foi detido em casa. A prisão dele foi por conta do assalto e lesão corporal praticados dentro do ônibus e, também, pelo roubo de uma moto e um homicídio praticados no dia 27 de março de 2016, no bairro Fumacê. O suspeito foi levado para o Centro de Triagem de Pedrinhas, onde ficará à disposição da Justiça.



VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros
DATA <u>10 / 05 / 2017</u> Página <u>2</u>		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

# Bando detido por lavagem de dinheiro é mantido na prisão

Grupo liderado pelo agiota *Pacovan*, que usava postos de combustíveis para esconder o desvio de dinheiro das Prefeituras envolvidas, teve prisão temporária prorrogada e pode ser transformada em preventiva pela Justiça

ISMAEL ARAÚJO  
 Da editoria de Polícia

**A** Justiça poderá transformar de temporária em preventiva a prisão dos integrantes da organização criminosa chefiada pelo agiota Josival Cavalcanti da Silva, o *Pacovan*, e desbaratada no último dia 4, durante a Operação Jenga, realizada na Região Metropolitana de São Luís, Itapecuru-Mirim e Zé Doca. O bando é acusado de lavagem de dinheiro usando postos de combustível, que teria movimentado mais de R\$ 200 milhões de forma irregular. A maioria desse dinheiro era oriunda de corrupção envolvendo Prefeituras do interior do Maranhão.

Esse caso está sendo investigado pela Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic). Segundo seu superintendente, delegado Thiago Bardal, a prisão de *Pacovan* e de mais 17 pessoas ocorreu em cumprimento a uma ordem judicial por um período de cinco dias. O bando deveria ter deixado o presídio na segunda-feira, 8, mas a prisão acabou prorrogada por mais cinco dias pelo Poder Judiciário, a pedido dos investigadores.

O delegado disse que foi soli-



Josival Cavalcanti, o *Pacovan* (3º da direita), era quem liderava o grupo no desvio de dinheiro de Prefeituras

citada a prorrogação da prisão dos envolvidos por entender que, soltos, eles poderiam atrapalhar o andamento da investigação desse esquema fraudulento. "A prorrogação da prisão foi solicitada e o Poder Judiciário deferiu o pedido", afirmou Bardal.

Ele também informou que, mediante o entendimento da Justiça, a temporária pode ser transformada em preventiva. Ainda de

acordo com Bardal, as investigações estão bem adiantadas e já foram identificados novos envolvidos nesse esquema ilegal. "A polícia já constatou que existem outras pessoas envolvidas nessa fraude, mas, no momento, os nomes não podem ser revelados", disse o delegado.

#### Esquema

O delegado Thiago Bardal infor-

mou que a polícia recebeu uma denúncia da Receita Federal que estava havendo uma movimentação atípica em um posto de combustíveis na Ilha. Este empreendimento comercial teria arrecadado em um ano mais de R\$ 2 milhões e isso levantou suspeita. As investigações começaram e logo a Seic constatou que o estabelecimento comercial estava sendo usado para lavagem de di-

#### SAIBA MAIS

##### Relação dos acusados

Os presos durante a operação Jenga foram Sâmia Lima Awad, Thamerson Damasceno Fontenele, Simone Silva Lima, Josival Cavalcanti da Silva, Edna Maria Pereira, Rafaely de Jesus Souza Carvalho, Creudilene Souza Carvalho, Ilzenir Souza Carvalho, Adriano Almeida Sotero, Geraldo Valdonio Lima da Silva, Lourenço Bastos da Silva Neto, José Etelmar Carvalho Campelo, Renato Lisboa Campos, João Batista Pereira, Kellya Fernanda de Sousa Dualibe, Manassés Martins de Sousa, Jean Paulo Carvalho Oliveira e Francisco Xavier Serra Silva

**R\$ 200 milhões**  
**tinham sido**  
**movimentados**

**Seis postos de**  
**combustíveis**  
**foram lacrados**

da Silva Neto e José Etelmarvalho Campelo. A fraude corria em as prefeituras pagarem valores altos para aquisição de petróleo e os seus derivados, não recebiam o produto maior parte do dinheiro era repassado diretamente para as contas de postos de combustíveis, que estavam em nomes de laranjas, pertenciam a *Pacovan*.

A polícia realizou no dia 4 a operação Jenga, que abriu 18 mandados de prisão, de busca e apreensão. Os oficiais encontraram ainda, em

galpão na BR-135, nas proximidades da entrada de São Luís, 6 milhões que segundo o delegado foram adquiridos como forma de pagamento de agiotagem. Além de serem apreendidos os veículos, 11 imóveis e vários documentos que serão periclitados. Contas bancárias, CNPJ dos postos de combustíveis foram lacrados e sete postos lacra-

O esquema fraudulento era chefiado por *Pacovan* com o apoio de sua esposa, Edna Maria Pereira, e de mais dois contadores, identificados como Lourenço Bastos



MINISTÉRIO PÚBLICO  
ESTADO DO MARANHÃO  
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE  
COMUNICAÇÃO

VEÍCULO		EDITORIA
<input checked="" type="checkbox"/> O Estado do MA <input type="checkbox"/> O Imparcial <input type="checkbox"/> Pequeno <input type="checkbox"/> Debate <input type="checkbox"/> Extra	<input type="checkbox"/> Atos e Fatos <input type="checkbox"/> A tarde <input type="checkbox"/> Correio de Notícias <input type="checkbox"/> O quarto poder <input type="checkbox"/> Internet / Blog	<input type="checkbox"/> Política <input type="checkbox"/> Cidades / Urbano <input type="checkbox"/> Geral <input checked="" type="checkbox"/> Polícia <input type="checkbox"/> Outros
DATA	30 / 05 / 2017	Página 4
		<input type="checkbox"/> Gerada <input type="checkbox"/> Espontânea <input type="checkbox"/> Positiva <input type="checkbox"/> Negativa

# Servidor do TJ-MA é preso por fraude em concurso no PI

Joselito Batista Alves, lotado na Comarca de Caxias, é acusado de participar de uma quadrilha que fraudava concursos em vários estados do Nordeste

A Polícia Civil do Piauí confirmou, ontem, a prisão do funcionário do Tribunal de Justiça do Maranhão, identificado como Joselito Batista Alves, durante a operação Infiltrados, realizada pelo Grupo de Repressão ao Crime Organizado (Grego) nas cidades piauienses de Teresina, Campo Maior, Pedro II, São Raimundo Nonato, e ainda em Fortaleza, no Ceará, e Araripina, no estado Pernambucano. Segundo do delegado geral do Piauí, Kledyson Ferreira, ele é acusado de fraudar concurso público no Piauí, no Maranhão e em outros estados do Nordeste.

No ato da ação policial, também

foram presos 12 policiais civis do Piauí, o advogado Edilberto de Carvalho Gomes, dois agentes penitenciários, Cristiane Maria Alcântara Santiago e José Vilomar Nunes Pereira, e um estudante do curso de Medicina, Sávio da Costa Leite.

## Mais detidos

Os outros detidos foram identificados como Cícero Henrique de Sousa Araújo, Maria dos Remédios Alcântara Santiago, Jean Ribeiro da Costa, Ricardo Araújo Mesquita, Paulo Alberto Machado Cerqueira, Thiago da Silva Macedo, Priscila Almeida Lima, Aline de Miranda Carvalho

Nóbrega, Anderson Vasconcelos da Nóbrega, Cyro Nascimento Fonseca, André Luís de Carvalho, José Clodomar Sabóia Júnior; Cristian Alcântara Santiago, Jardeany Enerio da Silva, Paulo Roberto Scarcelar Muniz e Willames da Silva Alves.

Kledyson Ferreira informou ainda que Joselito Alves é lotado no Fórum da Comarca de Caxias, onde exerce a função de analista judiciário. Ele, em companhia dos detidos, teria fraudado o concurso público para agente da Polícia Civil do Piauí, ocorrido no ano de 2012 pelo Núcleo de Concursos e Promoção de Eventos (Nucepe) da Uespi.

## Gabarito

Ainda segundo o delegado, o grupo teria pagado pelo gabarito da prova do concurso a quantia de R\$ 25 mil. No decorrer da investigação ficou comprovado que os fraudadores tiveram 100% do gabarito igual tanto de erros como de acertos distribuído pelo professor da rede de ensino público piauiense, Christian Santiago, que é o suspeito de ser um dos líderes do esquema criminoso.

O delegado também informou que Joselito Alves é acusado de ter fraudado outros concursos, sendo que um deles do Tribunal de Justiça do Piauí, ocorrido em março do ano passado. "As supostas fraudes de concursos públicos ocorridos no Maranhão por esse bando foram encaminhadas para a polícia maranhense investigar e tomar as devidas providências", informou Kledyson Ferreira. ●